

Entre o claustro e a ágora: tensões estruturais e a potência política da extensão universitária em História Antiga na disputa dos usos do passado

Between the cloister and the agora: structural tensions and the political potential of university extension in Ancient History in contesting public uses of the past

João Carlos Furlani¹

Resumo

A universidade brasileira contemporânea opera sob a égide constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Contudo, a materialidade cotidiana das instituições de ensino superior revela uma assimetria persistente nesse tripé. Este artigo analisa criticamente a posição periférica da extensão universitária no campo da História no Brasil, com foco específico na História Antiga. A partir de uma análise sociológica do campo acadêmico, sustenta-se que a baixa institucionalização de práticas extensionistas não decorre de meras carências operacionais, mas de fatores estruturais: um sistema de distinção acadêmica centrado na produtividade bibliográfica, uma cultura disciplinar que historicamente divorciou a erudição da mediação pública e mecanismos de avaliação que penalizam o trabalho extensionista. Em contrapartida, argumenta-se que a extensão – compreendida não como divulgação segundo o “modelo do déficit”, mas como interação dialógica e autoridade compartilhada – é condição de responsabilidade social e renovação epistemológica da disciplina. Fundamentado na teoria da consciência histórica, na História Pública e nos estudos de recepção, o trabalho propõe uma tipologia de práticas extensionistas e indicações programáticas para a História Antiga, visando disputar os usos públicos do passado e ampliar o letramento histórico em contextos de crise democrática e instrumentalização política da Antiguidade.

Palavras-chave: Extensão universitária. Ensino de História Antiga. História Pública. Recepção dos Clássicos. Usos do passado.

Abstract

Contemporary Brazilian universities operate under the constitutional principle of the inseparability of teaching, research, and outreach. However, the daily reality of higher education institutions reveals a persistent asymmetry in this three-pronged approach. This article critically examines the peripheral position of university extension in the field of History in Brazil, with specific focus on Ancient History. Drawing on a sociological analysis of the academic field, it argues that the low institutionalization of extension practices does not result merely from operational deficiencies, but from structural factors: a system of academic distinction centered on bibliographic productivity, a disciplinary culture that historically divorced erudition from public mediation, and evaluation mechanisms that penalize extension work. In contrast, the article contends that extension—understood not as dissemination according to the “deficit model,” but as dialogical interaction and shared authority—is a condition for social responsibility and epistemological renewal of the discipline. Grounded in the theory of historical consciousness, Public History, and Classical Reception Studies, the work proposes a typology of extension practices and a replicable program design for Ancient History, aimed at contesting public uses of the past and expanding historical literacy in contexts of democratic crisis and political instrumentalization of Antiquity.

Keywords: University extension. Teaching Ancient History. Public history. Classical reception. Uses of the past.

¹ Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória. Vitória/ES, Brasil.

Correspondência
joao.furlani@gmail.com

Direitos autorais
Copyright © 2025 João Carlos Furlani.

Licença
Este é um artigo distribuído em Acesso Aberto sob os termos da Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Submetido
12/8/2025

Aprovado
4/10/2025

ISSN
2316-2007

INTRODUÇÃO

A universidade brasileira contemporânea opera sob a égide constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1988, art. 207). Contudo, a materialidade cotidiana das instituições de ensino superior revela uma assimetria persistente nesse tripé: enquanto a pesquisa detém o monopólio do prestígio acadêmico e o ensino consome a carga horária burocrática, a extensão frequentemente habita uma zona cinzenta, oscilando entre o voluntarismo assistencialista e a exigência normativa recente de curricularização (Jezine, 2001; Koglin; Koglin, 2019).

Esse desequilíbrio estrutural manifesta-se com agudeza particular na área de História. Disciplina vocacionada, em tese, à compreensão das temporalidades sociais e das disputas de memória, a História paradoxalmente construiu sua profissionalização, ao longo do século XX, mediante um progressivo insulamento em relação aos públicos não especializados (Mauad; Almeida; Santhiago, 2016). Se esse diagnóstico é válido para a historiografia em geral, ele se torna radical no subcampo da História Antiga. Marcada pela barreira das línguas clássicas, pela fragmentação documental e por uma tradição de erudição muitas vezes elitista, a área enfrenta o risco de se tornar um “antiquariato” irrelevante para as demandas do presente, ou, pior, de ter seus símbolos capturados por discursos políticos autoritários sem que a academia ofereça contrapontos públicos eficazes (Zuckerberg, 2018; Moerbeck, 2021).

O presente artigo investiga as razões dessa marginalidade da extensão na História Antiga e propõe caminhos para sua superação. O argumento central é que a extensão não deve ser concebida como um apêndice da pesquisa (“divulgar o que se descobriu”), mas como uma instância produtora de conhecimento, capaz de renovar as perguntas da própria historiografia e de disputar, palmo a palmo, o sentido da história na vida pública.

Para tanto, o texto estrutura-se em três movimentos analíticos. Primeiramente, realiza-se um diagnóstico das barreiras estruturais e culturais que dificultam a extensão na área, mobilizando conceitos da sociologia do campo acadêmico e da teoria da história. Em seguida, articulam-se referenciais da História Pública, da Didática da História e

dos Estudos de Recepção para fundamentar teoricamente uma nova práxis extensionista. Por fim, apresenta-se uma tipologia de ações de programa extensionista, desenhado para integrar a formação em História Antiga às demandas de letramento histórico da sociedade brasileira contemporânea.

A EXTENSÃO COMO “O OUTRO” DO CAMPO

Para compreender por que a extensão permanece periférica, é necessário ultrapassar a queixa sobre a “falta de tempo” dos docentes e interrogar a lógica do campo científico. Pierre Bourdieu (2004), em sua análise sobre os usos sociais da ciência, alerta que o campo acadêmico funciona como um mercado de bens simbólicos, onde os agentes competem por autoridade científica. Nesse jogo, a “moeda forte” historicamente consolidada é a publicação revisada pelos pares, que confere reconhecimento interno ao campo. A extensão, por sua natureza de diálogo com o público leigo, tende a ser percebida, na economia simbólica da universidade, como uma atividade de menor valia, incapaz de gerar o mesmo capital simbólico que um artigo em periódico de alto impacto.

No Brasil, essa lógica é reforçada pelos mecanismos de fomento e avaliação da pós-graduação, que, embora mencionem a relevância social, operam métricas quantitativas focadas no produtivismo bibliográfico. A avaliação quadrienal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) privilegia explicitamente indicadores de produção intelectual (artigos, livros, orientações), relegando a extensão a uma posição residual nos quesitos de avaliação. Como observam Mauad, Almeida e Santhiago (2016) ao discutirem a emergência da História Pública no país, há uma tensão não resolvida entre o desejo de relevância social do historiador e as regras do jogo acadêmico que punem o tempo dedicado à mediação pública.

Pesquisa realizada por Coelho (2014) sobre revistas acadêmicas de extensão no Brasil identificou que, entre as 29 revistas multidisciplinares dedicadas à extensão universitária em atividade, há “forte predominância de trabalhos publicados cujo conteúdo se refere a relatos de experiências de projetos de extensão”, com poucos trabalhos “oriundos da pesquisa na extensão universitária” (Coelho, 2014,

p. 69). Essa fragmentação entre relato experencial e pesquisa acadêmica reflete a própria marginalização institucional da extensão como atividade geradora de conhecimento científico reconhecido.

Além do fator institucional, há um componente epistemológico herdado da formação da disciplina. Michel de Certeau (1982), ao definir a “operação historiográfica”, situa o “lugar social” como o primeiro elemento da produção histórica. Tradicionalmente, esse lugar foi circunscrito aos arquivos e aos departamentos universitários, estabelecendo uma fronteira rígida entre o saber “científico” e o saber “comum”. A extensão, ao propor a permeabilidade dessa fronteira, desafia o ethos do historiador que vê na vulgarização um risco à pureza do método.

Paulo Freire, em sua crítica clássica *Extensão ou Comunicação?* (1971), já alertava para o perigo de a extensão ser compreendida como um ato de “transferência de conhecimento” de quem sabe para quem não sabe, uma “invasão cultural” que ignora os saberes do outro. Na História, o medo de “simplificar” muitas vezes mascara a recusa em “comunicar” no sentido freiriano: construir saber *com* a comunidade, e não *para* ela. Essa tensão persiste até hoje, manifestando-se na suspeita disciplinar de que o trabalho público implica necessariamente perda de rigor (Rovai, 2018; Malerba, 2017).

Nos últimos anos, a extensão ganhou nova centralidade normativa. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) estabeleceu, na Meta 12.7, a inserção de, no mínimo, 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação em programas e projetos de extensão, orientados por relevância social (Brasil, 2014). A Resolução CNE/CES nº 7/2018 detalhou diretrizes para a extensão na educação superior brasileira, reforçando princípios como interação dialógica, interdisciplinaridade, impacto na formação do estudante e transformação social (Brasil, 2018).

Esse processo, conhecido como curricularização da extensão, criou oportunidade institucional inédita, mas também riscos. Como alertam Imperatore, Pedde e Imperatore (2015), há o perigo de que a curricularização se reduza a “contagem burocrática de horas”, esvaziando o sentido transformador da extensão. Silva, Gripa e Santos (2022) documentam que a passagem do século XX para o XXI apresentou inúmeras mudanças na concepção de extensão universitária

no Brasil, que historicamente foi “pautada como atividades assistencialistas” e realizada de “forma extracurricular”, mas que agora passa por “processo de revisão” para integrar-se “à matriz curricular” (Silva; Gripa; Santos, 2022, p. 162).

Para a História, o contexto normativo cria oportunidade e tensão. A oportunidade é institucionalizar ações duradouras (com formação, produtos e parceria com redes públicas). A tensão é enfrentar uma cultura de avaliação que, mesmo quando se abre a “impacto”, tende a privilegiar formatos tradicionais. O desafio, portanto, não é apenas fazer extensão; é produzir extensão com densidade intelectual, continuidade e capacidade de retroalimentar pesquisa e ensino (Amorim, 2017; Costa, 2010).

ESPECIFICIDADES DA HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

Se a extensão é um desafio para a História do Brasil ou Contemporânea, para a História Antiga o fosso parece intransponível. A área carrega o peso do que se poderia chamar de uma “dupla distância”: a distância temporal e a distância cultural/linguística.

A tradição dos *Classics* e da *Altägyptenwissenschaft* formou-se na Europa oitocentista como um saber de elite, fundamental para a construção das identidades nacionais, mas excluente por definição. No Brasil, a História Antiga ocupou um lugar ambíguo. Por muito tempo, foi vista como uma erudição de luxo ou, no contexto escolar, como um inventário de curiosidades sobre “o berço da civilização ocidental” (Moerbeck, 2021). Essa narrativa eurocêntrica, que coloca Grécia e Roma como a gênese natural da Europa moderna, criou um cânone rígido que permanece operante no imaginário escolar e popular (Guarinello, 2013, p. 18).

Fontes escritas em línguas antigas, fragmentação documental, arqueologia, numismática, epigrafia e dependência de mediações (traduções e edições críticas), produzem a impressão de que a Antiguidade é inacessível para o público não especializado. O risco é que o ensino escolar reduza o campo a um inventário de “civilizações” e datas, enquanto a cultura pop oferece uma Antiguidade hiperfamiliar, mas anacrônica. Pappa (2020), em estudo sobre o ensino de Antiguidade Clássica no Brasil, documenta como esse campo enfrenta ten-

sões específicas relacionadas ao seu posicionamento como “herança europeia” em contexto pós-colonial, gerando desafios particulares para sua legitimação e democratização – o que a autora denomina “tropicalismo” nos estudos clássicos.

Neville Morley, em *Classics and the Modern World* (2009), argumenta que a Antiguidade Clássica sempre serviu como um espelho onde a modernidade projetava suas aspirações e medos. O problema é que, ao se fechar na academia, esse espelho foi demasiadamente polido por mãos conservadoras. A falta de extensão crítica na área contribuiu para que o público geral continuasse consumindo uma Antiguidade idealizada (a dos filmes de Hollywood, a da democracia ateniense imaculada ou da disciplina espartana), sem acesso às renovações historiográficas das últimas décadas que discutem escravidão, gênero, multiculturalismo e as conexões do Mediterrâneo com a África e o Oriente Próximo (Morales, 2022; Lano, 2024).

Cumpre ressaltar que a centralidade greco-romana foi construída historicamente como repertório de legitimação cultural do “Ocidente”. Em muitos contextos, isso alimentou uma Antiguidade normativa: origem da democracia, do direito, da filosofia, da “civilização” (Nikoloutsos; Gonçalves, 2018). Pesquisas recentes em *Global Classics* e estudos decoloniais têm problematizado essa narrativa, expondo a diversidade do Mediterrâneo e suas conexões com África e Ásia, bem como assimetrias de poder (escravidão, imperialismo, desigualdade de gênero) (Silva, 2005). Uma extensão crítica precisa problematizar esse roteiro canônico, oferecendo contra-narrativas que desnaturalizem o Mediterrâneo antigo como “berço do Ocidente”.

A recepção do clássico tornou-se arena de disputas contemporâneas: símbolos romanos, noções de império, ideias de “decadência” e fantasias de masculinidade espartana circulam em discursos públicos, muitas vezes como repertório de legitimação autoritária. Zuckerberg (2018), em *Not All Dead White Men*, documenta como grupos da extrema-direita digital nos Estados Unidos da América mobilizam a Antiguidade para sustentar narrativas de supremacia racial e misoginia. A autora demonstra que fóruns online como Reddit e 4chan tornaram-se espaços de apropriação distorcida de textos estoicos, obras de Marco Aurélio e imagética espartana para legitimar discursos sobre “masculinidade tradicional” e hierarquias raciais.

No contexto brasileiro e latino-americano, embora as apropriações tenham contornos específicos, a instrumentalização política da Antiguidade não é menos presente. Laird e Miller (2018, p. 7), em coleção sobre tradições clássicas na América Latina, argumentam que a “consistente omissão da América Latina das histórias da tradição clássica” perpetua hierarquias geopolíticas do conhecimento.

Portanto, a periferia da extensão em História Antiga não é apenas um problema de gestão universitária; é um problema político. Ao se omitir da disputa pública, a universidade deixa o campo livre para apropriações anacrônicas e perigosas do passado clássico. A extensão universitária, nesse cenário, não deve ser “opcional” e, sim, uma ferramenta de defesa da própria integridade ética do conhecimento histórico e da esfera pública democrática.

FUNDAMENTOS PARA UMA NOVA PRÁXIS

Para superar o fosso diagnosticado anteriormente, a extensão em História Antiga deve abandonar o “modelo do déficit” (que pressupõe um público vazio a ser preenchido pelo saber acadêmico) e adotar um modelo dialógico de autoridade compartilhada. Para sustentar essa virada, este artigo propõe a articulação de três eixos teóricos: a História Pública, a Teoria da Consciência Histórica e os Estudos de Recepção.

A História Pública não deve ser confundida com mera divulgação científica ou simplificação de conteúdos. Como define Santhiago (2016, p. 25), trata-se de um campo que interroga a própria função social do historiador e os meios pelos quais o conhecimento histórico circula fora da academia. O autor propõe três dimensões analíticas: o *ver* (reconhecimento da história como presente na sociedade), o *fazer* (atuação efetiva em espaços públicos) e o *pensar* (reflexão crítica sobre práticas e conceitos).

No Brasil, o campo da História Pública ganhou institucionalização significativa na última década, com a criação do primeiro Programa de Pós-Graduação em História Pública (PPGHP) na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) em 2016, consolidando-se como espaço de produção teórica e metodológica (Granado; França, 2025). A produção brasileira em História Pública cresceu exponencialmente:

Goulart (2020) documenta que, entre 2011 e 2018, foram publicadas quatro coletâneas fundamentais pela editora Letra e Voz, consolidando debates conceituais e metodológicos.

A extensão, sob essa ótica, torna-se o *locus* da “autoridade compartilhada”, conceito cunhado por Michael Frisch (2016, p. 57), no qual o historiador não abre mão do rigor metodológico, mas reconhece que o público possui saberes, memórias e demandas específicas. Ao levar a História Antiga para a esfera pública, o extensionista não apenas “ensina” sobre Roma ou Grécia; ele investiga como essas e outras sociedades são imaginadas pelo público. Isso transforma a extensão em via de mão dupla: o público ganha acesso a ferramentas críticas, e o historiador ganha acesso aos “usos do passado” que operam no presente, enriquecendo sua própria pesquisa sobre a permanência e a ressignificação dos mitos clássicos.

Rovai (2018, p. 42) argumenta pela necessidade de “publicizar sem simplificar”, mantendo o historiador como “mediador ético” que respeita a complexidade do conhecimento histórico. Ferreira da Silva (2024) identifica quatro pilares estruturantes da História Pública contemporânea: disputas narrativas, divulgação, esferas públicas e profissionalismo, destacando a importância de plataformas digitais na democratização do debate histórico.

O segundo pilar baseia-se na Teoria da História de Jörn Rüsen (2001; 2010), especificamente no conceito de consciência histórica. Para Rüsen, a História não é apenas um saber sobre o passado, mas uma operação mental de orientação no tempo, que permite ao sujeito interpretar sua experiência temporal e guiar suas ações no presente. Rüsen define consciência histórica como “atividade mental da memória histórica, que tem sua representação em uma interpretação da experiência do passado encaminhada de maneira a compreender as atuais condições de vida e a desenvolver perspectivas de futuro na vida prática conforme a experiência” (Rüsen, 1997, p. 81-82).

A teoria ruseniana identifica quatro tipologias de consciência histórica: tradicional (continuidade de padrões), exemplar (regularidades trans-históricas), crítica (ruptura e questionamento) e genética (transformação e desenvolvimento temporal) (Rüsen, 2010). Essas tipologias oferecem instrumental analítico para compreender como diferentes públicos mobilizam o passado para orientação existencial.

A relevância da extensão em História Antiga reside precisamente aqui: na capacidade de ampliar o repertório de orientação temporal dos sujeitos. Ao confrontar o público com a alteridade radical do Mundo Antigo – suas formas de política, religiosidade e vida privada –, a extensão promove o que a Didática da História chama de “formação do pensamento histórico” (Cerri, 2010; Caimi, 2015). Não se trata de decorar dinastias de faraós, mas de compreender que as estruturas sociais são transitórias e construídas historicamente. A extensão atua, portanto, no refinamento da cultura histórica (a maneira como uma sociedade lida com seu passado), combatendo tanto o presentismo (a incapacidade de ver além do imediato) quanto o anacronismo ingênuo (Hartog, 2013).

No Brasil, a recepção das ideias de Rüsen foi intensa e produtiva. Assis (2010) identifica cinco contribuições principais da teoria rüseniana para as pesquisas brasileiras sobre ensino de História: 1) recuperar o enraizamento da história no cotidiano; 2) compatibilizar método e sentido por meio da narrativa histórica; 3) considerar as informações históricas presentes na sociedade como influência ao pensamento histórico; 4) ser porta de entrada para contribuições alemãs sobre Didática da História; 5) possibilitar pesquisa no ensino que considere a conexão entre conhecimento histórico e vida prática (Morais; Saddi, 2015). Além disso, recentemente, pesquisadores têm articulado consciência histórica com temáticas contemporâneas urgentes, como a crítica ao eurocentrismo no ensino capixaba (Cunha; Subtil; Polidoro, 2025) e a relação entre consciência histórica e consciência moral em perspectiva humanista (Fronza, 2020).

Por fim, os Estudos de Recepção dos Clássicos oferecem a ferramenta metodológica mais potente para a extensão na área. Autores como Lorna Hardwick (2003) e Charles Martindale (1993; 2006) revolucionaram o campo ao demonstrar que o significado de uma obra antiga não é fixo, mas é “realizado no ponto de recepção”. Martindale (1993, p. 3) argumenta que “o significado não pode ser fixado no momento de produção de um texto, mas é constantemente renegociado na cadeia de suas recepções”.

Isso significa que as apropriações modernas da Antiguidade – sejam em filmes de Hollywood, jogos de videogame, literatura, histórias em quadrinhos (como a franquia *Assassin's Creed*) ou discursos políticos – não são «erros» a serem corrigidos pelo historiador, mas

documentos culturais legítimos que revelam como diferentes épocas e culturas projetam suas próprias preocupações no passado clássico.

Para a extensão, isso é libertador. Em vez de o historiador gastar sua energia apontando que “o filme *300* é historicamente impreciso”, ele pode usar a obra como ponto de partida para discutir porque, no século XXI, certas ideologias precisam resgatar uma imagem militarizada e hiper-masculinizada de Esparta. A recepção torna a Antiguidade contemporânea e urgente. O trabalho extensionista passa a ser o de letramento midiático e histórico: ensinar o público a decodificar como e por que o passado está sendo mobilizado hoje (Winkler, 2001; Ferreira, 2010).

No contexto latino-americano, estudos de recepção têm crescido, mas ainda enfrentam desafios de visibilidade. Nikoloutsos e Gonçalves (2018) documentam que, apesar da riqueza das reescritas brasileiras da Antiguidade, essa produção permanece “consistentemente omitida” das principais narrativas anglófonas sobre tradição clássica. Bosher et al. (2015), no *Oxford Handbook of Greek Drama in the Americas*, oferecem mapeamento abrangente de apropriações dramáticas gregas nas Américas, incluindo capítulos sobre Medeia no Brasil e Antígona latino-americana, demonstrando que a recepção clássica não é fenômeno marginal, mas central para compreender como sociedades pós-coloniais negociam identidades e narrativas fundacionais. Ademais, mesmo autores como Guimarães Rosa têm sido analisados sob o prisma da recepção, como demonstram os estudos de Lopes (2019) acerca da leitura rosiana da Ilíada, evidenciando o modo como o poema épico é apropriado e incorporado à própria tradição literária do escritor.

Em conjunto, esses três referenciais reconfiguram o sentido de extensão: ela passa a significar produzir espaços públicos de historicidade, onde métodos, limites e controvérsias da pesquisa são expostos e onde públicos diversos podem formular perguntas e produzir interpretações sob orientação crítica.

TIPOLOGIA DE PRÁTICAS EXTENSIONISTAS

A partir da fundamentação teórica discutida anteriormente, torna-se possível delinear uma tipologia de práticas extensionistas em

História Antiga organizada não segundo o formato das atividades – cursos, palestras ou oficinas –, mas segundo os problemas públicos que tais ações procuram enfrentar e os modos de interação que estabelecem com diferentes públicos. Essa tipologia não pretende constituir um roteiro prescritivo, mas um instrumento analítico capaz de orientar a estruturação de programas extensionistas contínuos, intelectualmente densos e replicáveis em distintos contextos institucionais, articulando formação discente, produção acadêmica e impacto social mensurável.

Um primeiro eixo refere-se à presença da Antiguidade na cultura pop e ao desenvolvimento do letramento histórico-midiático. A circulação massiva de representações do passado em filmes, séries, jogos digitais e plataformas audiovisuais constitui, hoje, um dos principais pontos de contato entre o público e a História Antiga. Filmes como *Gladiador* (2000), *300* (2006) e séries como *Roma* (2005-2007) circulam amplamente e produzem imaginários sobre o passado. Ferreira (2010) argumenta que o cinema oferece oportunidade única para o historiador público atuar como mediador crítico, problematizando narrativas audiovisuais. Em vez de tratar tais produções como meras distorções a serem corrigidas, a extensão pode convertê-las em objetos privilegiados de análise, utilizando ciclos de cinema, debates orientados, oficinas de crítica audiovisual e produção de podcasts ou vídeo-ensaios como estratégias de mediação. Inspirada na abordagem de Rosenstone (2010), que entende o filme histórico como forma de pensamento histórico visual, essa perspectiva permite explorar as escolhas narrativas, os anacronismos intencionais e as dimensões ideológicas das representações, desenvolvendo simultaneamente competências de letramento midiático e distinção entre evidência histórica e verossimilhança narrativa. Produtos como guias críticos, materiais audiovisuais e artigos sobre experiências pedagógicas possibilitam que a própria atividade extensionista se converta em produção acadêmica reconhecida, ampliando sua legitimidade institucional.

Um segundo eixo diz respeito aos usos políticos do passado e à formação da cidadania democrática. A Antiguidade permanece um repertório simbólico frequentemente mobilizado em disputas ideológicas contemporâneas, seja por meio de referências discursivas a Roma e Esparta, seja pela circulação de imaginários sobre império,

decadência ou virtude republicana (Zuckerberg, 2018). Nesse contexto, a extensão pode atuar como espaço de análise crítica dessas apropriações, promovendo oficinas de leitura retórica comparada, observatórios de usos públicos da Antiguidade e materiais de leitura acessível que contextualizem tais mobilizações simbólicas. Ancoradas no conceito de regimes de historicidade de Hartog (2013) e articuladas à análise do discurso, essas iniciativas contribuem para o desenvolvimento de competências de interpretação crítica e argumentação pública, além de favorecer a produção de materiais didáticos que conectem instituições políticas antigas e debates contemporâneos sobre democracia, república e autoritarismo. Mais do que atividade complementar, esse tipo de ação configura intervenção direta na esfera pública, reforçando a responsabilidade social do historiador diante da instrumentalização política do passado.

Um terceiro eixo concentra-se na materialidade histórica e no patrimônio digital, respondendo à relativa escassez de acervos físicos de Antiguidade no Brasil. A criação de exposições digitais, museus virtuais, laboratórios de cultura material e curadorias de objetos em alta resolução – incluindo moedas, inscrições e artefatos cotidianos – permite aproximar o público da dimensão concreta das sociedades antigas, ampliando o repertório de fontes tradicionalmente explorado no ensino. Fundamentadas na História da Cultura Material e na Arqueologia Pública, tais iniciativas estimulam a leitura de objetos como documentos históricos e contribuem para a democratização do acesso a fontes primárias por meio de repositórios educacionais abertos, catálogos digitais e modelos tridimensionais acessíveis. Ao mesmo tempo, favorecem a formação discente em metodologias de curadoria, interpretação visual e educação patrimonial, articulando ensino, pesquisa e extensão em uma mesma experiência formativa (Kormikiari et al., 2010).

O quarto eixo refere-se à formação continuada de professores e à coprodução de conhecimento com a educação básica. Distanciando-se do modelo unilateral de transmissão de conteúdos, as ações extensionistas nesse campo devem estruturar-se como espaços colaborativos de produção de sequências didáticas, oficinas de fontes traduzidas e grupos de estudo interinstitucionais que integrem universidade e escolas públicas. Partindo do conceito de saber histórico escolar, reconhece-se que o conhecimento produzido no

ambiente escolar possui especificidades próprias, e que a interação entre professores da educação básica e pesquisadores universitários permite não apenas atualizar conteúdos historiográficos, mas também aprimorar metodologias de transposição didática, respeitando a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (Monteiro, 2009). A formação continuada de professores é estratégica porque multiplica o alcance da extensão. Estudos evidenciam que muitos docentes da educação básica se sentem inseguros ao abordar História Antiga, recorrendo a simplificações presentes em livros didáticos (Moerbeck, 2021). A publicação de sequências didáticas testadas em sala, cadernos pedagógicos e artigos em periódicos de ensino de História contribui para consolidar a extensão como espaço legítimo de produção intelectual, ao mesmo tempo em que multiplica o alcance social das ações realizadas.

Por fim, um quinto eixo articula história digital e produção de recursos educacionais abertos, respondendo à crescente centralidade das plataformas digitais na circulação do conhecimento histórico. A criação de repositórios de fontes traduzidas, mapas interativos, linhas do tempo digitais e oficinas de verificação de alegações históricas que circulam nas redes sociais constitui estratégia fundamental para ampliar o acesso público às ferramentas de pesquisa e promover cultura digital crítica. Ao ensinar o uso de bases de dados especializadas e incentivar a produção colaborativa de materiais reutilizáveis, a extensão contribui para democratizar o acesso a fontes históricas e fortalecer competências de avaliação crítica da informação, especialmente em contextos marcados pela desinformação histórica (Barros, 2022).

Tomados em conjunto, esses cinco eixos indicam que a extensão em História Antiga pode ser concebida não como conjunto disperso de iniciativas eventuais, mas como programa integrado de formação, mediação pública e produção de conhecimento. Organizada de forma contínua e articulada, essa tipologia permite que departamentos universitários desenvolvam ações capazes de dialogar simultaneamente com a cultura midiática, a escola básica, os ambientes digitais e as disputas contemporâneas em torno dos usos do passado, configurando a extensão como espaço estratégico de renovação epistemológica e intervenção pública da disciplina.

PROGRAMA E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A tipologia proposta nas seções anteriores permite vislumbrar não apenas um repertório de práticas extensionistas, mas também um princípio organizador para sua institucionalização. Em vez de ações episódicas e desconectadas, a experiência acumulada na área indica que iniciativas de extensão em História Antiga alcançam maior densidade formativa e impacto público quando estruturadas como programas integrados, capazes de articular ciclos regulares de atividades, produção sistemática de materiais educacionais e documentação contínua de resultados. Tal organização favorece a transformação da extensão em espaço cumulativo de aprendizagem institucional, no qual cada ciclo de ações retroalimenta o ensino e a pesquisa, consolidando progressivamente redes de colaboração com escolas, museus e comunidades.

Um programa extensionista orientado por essa lógica deve operar simultaneamente em três dimensões complementares: formação, mediação pública e produção de conhecimento. A dimensão formativa envolve a capacitação de estudantes e professores em metodologias de análise crítica das representações da Antiguidade, leitura de fontes e uso de recursos digitais; a dimensão de mediação pública refere-se à realização de atividades contínuas de diálogo com diferentes públicos, como oficinas, observatórios de usos do passado e curadorias digitais; por fim, a dimensão de produção de conhecimento consiste na documentação sistemática das experiências extensionistas e sua conversão em artigos, materiais didáticos e pesquisas sobre recepção e circulação social do passado clássico. A articulação dessas três dimensões transforma a extensão de atividade periférica em infraestrutura intelectual capaz de sustentar práticas de pesquisa aplicada e intervenção pública duradoura.

Embora a operacionalização detalhada de programas dessa natureza dependa das condições institucionais de cada universidade, a experiência internacional demonstra que iniciativas estruturadas, dotadas de continuidade e mecanismos consistentes de avaliação, tendem a produzir efeitos educacionais e acadêmicos significativamente mais robustos do que eventos isolados. Nesse sentido, a tipologia aqui apresentada deve ser compreendida como matriz organiza-

dora de programas extensionistas integrados, cuja eficácia pode ser observada em diferentes experiências internacionais no campo dos Estudos Clássicos e da História Antiga.

No Reino Unido, a organização *Classics for All* (fundada em 2010) atua apoiando escolas públicas – muitas situadas em áreas de desvantagem socioeconômica – na introdução ou ampliação do ensino de matérias clássicas. A instituição publica relatórios anuais de impacto que combinam dados quantitativos e qualitativos, evidenciando que intervenções sustentadas contribuem para o aumento do engajamento estudantil e para a melhoria do desempenho acadêmico (Classics for All, 2024). Em paralelo, universidades britânicas têm incorporado módulos de *public engagement* em Classics que capacitam estudantes de pós-graduação a desenvolver recursos educacionais e projetos colaborativos com escolas e museus (Bridges, 2019; University of Warwick, 2021).

Nos Estados Unidos da América, a Society for Classical Studies mantém iniciativas permanentes de *outreach* voltadas à aproximação entre pesquisa acadêmica e comunidades não especializadas, publicando guias metodológicos de engajamento público e concedendo prêmios a projetos de história pública relacionados à Antiguidade (Papathanasopoulou, 2020). Universidades como Brown University e University of California, Berkeley desenvolveram programas estruturados de *public humanities* que incluem componentes de recepção clássica, análise de usos políticos da Antiguidade e produção de materiais educacionais de acesso aberto.

Essas experiências não são transplantáveis automaticamente para o contexto brasileiro, mas oferecem indicações relevantes. Em primeiro lugar, evidenciam que a continuidade institucional – materializada em programas permanentes e não em eventos esporádicos – é condição fundamental para a geração de impacto mensurável e de produção acadêmica consistente. Em segundo lugar, demonstram a importância da documentação sistemática e da avaliação rigorosa das atividades extensionistas, que permitem tanto comprovar sua relevância social quanto produzir reflexão acadêmica publicável. Por fim, ressaltam o papel decisivo das parcerias formalizadas com redes públicas de ensino e instituições culturais, elemento essencial para garantir sustentabilidade e legitimidade social às ações desenvolvidas.

O princípio de desenho que emerge desse conjunto de experiências é claro: a extensão deve ser planejada como infraestrutura intelectual e social de longo prazo, capaz de produzir benefícios educacionais verificáveis e, simultaneamente, gerar reflexão acadêmica de alto nível sobre os usos públicos do passado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite sustentar que a posição periférica da extensão universitária no campo da História – e, de forma particularmente acentuada, na História Antiga – não constitui um acidente institucional, mas o resultado de arranjos estruturais que historicamente separaram a produção erudita da responsabilidade pública do conhecimento histórico. Superar esse quadro exige mais do que iniciativas individuais isoladas: requer reorientação das prioridades institucionais e, sobretudo, transformação da cultura disciplinar, de modo que a extensão seja reconhecida como forma legítima de produção de conhecimento.

Longe de constituir um refúgio antiquário reservado à erudição especializada, a História Antiga revela-se hoje um campo decisivo de disputas contemporâneas. Quando a universidade se retira da esfera pública, recolhendo-se aos claustros departamentais, ela não preserva a suposta “pureza” metodológica do passado; deixa-o exposto a instrumentalizações simplificadoras, anacrônicas e, frequentemente, autoritárias. Em contextos marcados por polarização política e crise de confiança nas instituições democráticas, a mobilização distorcida da Antiguidade não deve ser interpretada como fenômeno marginal, mas como expressão de disputas mais amplas por narrativas fundamentais e legitimidade histórica.

A articulação entre História Pública, teoria da consciência histórica e estudos de recepção, proposta neste trabalho, oferece fundamentos consistentes para uma práxis extensionista renovada. Nessa perspectiva, a extensão não se limita à difusão de conteúdos, mas configura-se como espaço de autoridade compartilhada, no qual universidade e sociedade coproduzem interpretações historicamente situadas e socialmente relevantes. Ao mesmo tempo, transforma-se em laboratório epistemológico da disciplina, permitindo testar a perti-

nênciam pública das perguntas historiográficas e compreender, de maneira mais profunda, os modos pelos quais o passado é mobilizado no presente.

A tipologia de práticas extensionistas aqui apresentada e os princípios de institucionalização discutidos ao longo do texto indicam que é possível articular rigor intelectual e relevância social, excelência acadêmica e compromisso democrático. Se a pesquisa assegura a expansão do conhecimento histórico, é a extensão que garante sua vitalidade pública, impedindo que ele se converta em patrimônio restrito a círculos especializados ou em instrumento de legitimação de narrativas excludentes.

Em um contexto brasileiro marcado por desigualdades educacionais profundas, pressões recorrentes sobre a ciência e disputas intensas pelos sentidos do passado, a extensão em História Antiga deixa de ser atividade complementar para assumir estatuto de imperativo ético e político. Entre o claustro e a ágora não há oposição, mas complementaridade necessária: a investigação rigorosa desenvolvida nos espaços acadêmicos realiza plenamente sua vocação quando circula, de modo crítico e dialogado, nas ágoras contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. A. A. Práticas extensionistas no Laboratório de História: saberes culturais e aprendizagem. *Multitemas*, n. 41, p. 7-17, 2012.
- ALMEIDA, J. R.; RODRIGUES, R. R. (org.). *História Pública em Movimento*. São Paulo: Letra e Voz, 2021.
- AMORIM, E. O. Ensino de História: como a extensão universitária potencializa a formação profissional. *Revista História Hoje*, v. 6, n. 12, p. 172-190, 2017.
- ASSIS, A. A. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Ed. UFG, 2010.
- BARROS, J. D'A. *História digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. São Paulo: Editora Vozes, 2022.
- BOSHER, K. et al. (ed.). *Oxford Handbook of Greek Drama in the Americas*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

- BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.
- BRIDGES, E. Public engagement with Classics research in the UK: a survey. *Council of University Classical Departments Bulletin*, v. 48, p. 1-25, 2019.
- CAIMI, F. E. Geração *Homo zappiens* na escola: os novos suportes de informação e a aprendizagem histórica. In: MAGALHÃES, M.; ROCHA, H.; RIBEIRO, J. F.; CIAMBARELLA, A. (org.). *O ensino de história em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.
- CERRI, L. F. Didática da História: uma leitura teórica sobre a História na prática. *Revista de História Regional*, v. 15, n. 2, p. 264-278, 2010.
- CERTEAU, M. de. *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CLASSICS FOR ALL. *Impact Report 2024*. London: Classics for All, 2024.
- COELHO, G. C. Revistas acadêmicas de extensão universitária no Brasil. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 5, n. 2, p. 69-75, 2014.
- COSTA, A. L. A extensão na formação de profissionais de história. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 35-53, 2010.
- CUNHA, M. D. R.; SUBTIL, B. M.; POLIDORO, F. C. Educação popular e consciência histórica: a crítica ao eurocentrismo como estratégia de ensino no ambiente escolar capixaba. *Revista Maracanã*, n. 39, p. 1-32, 2025.
- FERREIRA DA SILVA, D. A História Pública e seus quatro pilares em perspectivas aos novos historiadores: combates e narrativas so-

- bre o profissionalismo e a prática de se fazer história. *Faces da História*, v. 11, n. 2, p. 241-260, 2024.
- FERREIRA, R. O cinema na história pública: balanço do cenário brasileiro (2011-2015). In: GOBBI, M. C.; KERBAUY, M. (org.). *Televisão Digital: informação e conhecimento*. São Paulo: Editora UNESP; Cultura Acadêmica, 2010.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- FRISCH, M. A história pública não é uma via de mão única. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016. p. 57-69.
- FRONZA, M. Consciência histórica, consciência moral em relação com a natureza para uma didática humanista da História em Jörn Rüsen. *MÉTIS – história & cultura*, v. 19, n. 38, p. 81-97, 2020.
- GOULART, R. S. Questões e caminhos para uma história pública no Brasil. *Esboços*, v. 27, n. 45, p. 338-345, 2020.
- GRANADO, H. R.; FRANÇA, C. S. (org.). *Quando o passado grita e a História chama: a História Pública em foco*. São Paulo: Pedro & João Editores, 2025.
- HARDWICK, L. *Reception studies*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HARTOG, F. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- IMPERATORE, S. L. B.; PEDDE, V.; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária – CIGU, 15., 2015. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2015.
- JEZINE, E. M. Multiversidade e Extensão Universitária. *Participação*, v. 5, n. 10, p. 13-21, 2001.
- KOGLIN, T. S. S.; KOGLIN, J. C. O. A Importância da Extensão nas Universidades Brasileiras e a Transição do Reconhecimento ao Descaso. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 10, n. 2, p. 71-78, 2019.
- KORMIKIARI, M. C. et al. Ancient history, the Brazilian way. *Pesquisa FAPESP*, v. 171, 2010.

- LAIRD, A.; MILLER, N. (ed.). *Antiquities and Classical Traditions in Latin America*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2018.
- LOPES, L. C. Cavalos que choram: cantos XVI e XVII da *Ilíada* e(m) registros de João Guimarães Rosa. *Nuntius Antiquus*, v. 15, n. 2, p. 103-122, 2019.
- MALERBA, J. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, v. 37, p. 135-154, 2017.
- MARTINDALE, C. Introduction: Thinking Through Reception. In: MARTINDALE, C.; THOMAS, R. F. (ed.). *Classics and the Uses of Reception*. Malden: Blackwell, 2006, p. 1-13.
- MARTINDALE, C. *Redeeming the text: Latin poetry and the hermeneutics of reception*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R. de; SANTHIAGO, R. (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.
- MOERBECK, G. G. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. *Brathair*, v. 1, n. 21, p. 50-91, 2021.
- MONTEIRO, A. M. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- MORAIS, M. R.; SADDI, R. A teoria da história de Jörn Rüsen no Brasil e seus principais comentadores. *Revista História Hoje*, v. 4, n. 8, p. 224-246, 2015.
- MORALES, F. Os limites de Global Classics. *Fronteiras: Revista Catariense de História*, n. 40, p. 240-249, 2022.
- MORLEY, N. *Classics and the Modern World*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- NIKOLOUTSOS, K.; GONÇALVES, R. T. Classical tradition in Brazil: translation, rewriting, and reception. *Caletróscópio*, v. 6, n. 1, p. 11-20, 2018.
- PAPATHANASOPOULOU, N. Ancient Worlds, Modern Communities: Making Personal Experiences Part of the Study of the Ancient World. *Society for Classical Studies*, 9 apr. 2020.
- PAPPA, E. Tropicalismo in classics. Contemporary Brazilian approaches to the value of classical antiquity in research and education. *Journal of Critical Education Policy Studies*, v. 18, n. 2, p. 358-408, 2020.

- REIS, A. S. C.; SILVA, J. P. Consciência histórica e representações sociais: um estudo acerca das percepções de jovens estudantes sobre o Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 47, e226702, 2021.
- ROSENSTONE, R. A. *A história nos filmes, os filmes na história*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- ROVAI, M. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. In: ALMEIDA, J. R.; MENESSES, S. (org.). *História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- RÜSEN, J. *Jörn Rüsen e o ensino de História*. Organizado por Maria Auxiliadora Schmidt, Isabel Barca e Estevão de Rezende Martins. Curitiba: Ed. UFPR, 2010.
- RÜSEN, J. *Razão histórica: teoria da História: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001.
- RÜSEN, Jörn. El libro de texto ideal: reflexiones en torno a los medios para guiar las clases de historia. *Revista Nuevas Fronteras de la Historia*, año IV, n. 12, p. 79-93, 1997.
- SANO, L. Recepção clássica no Brasil: entre o local, o universal e o global. *Nuntius Antiquus*, v. 20, n. 1, p. 1-35, 2024.
- SANTHIAGO, R. Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, A. M.; ALMEIDA, J. R.; SANTHIAGO, R. (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016, p. 23-35.
- SILVA, E. P.; GRIPA, S.; SANTOS, J. D. S. Extensão universitária: análise histórica a partir da legislação educacional. *Ponto de Vista Jurídico*, v. 11, n. 2, p. 162-169, 2022.
- SILVA, G. J. Historicidade, memória e escrita da História: Augusto e o 'culto della romanità' durante o 'ventennio' fascista. *Romanitas - Revista de Estudos GrecoLatinos*, n. 12, p. 142-163, 2018.
- UNIVERSITY OF WARWICK. *Public Engagement in Classics*. Coventry: University of Warwick, 2021.
- WINKLER, M. M. (org.). *Classical myth and culture in the cinema*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- ZUCKERBERG, D. *Not All Dead White Men: Classics and Misogyny in the Digital Age*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

DECLARAÇÕES

Financiamento

O artigo contou com financiamento próprio.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Aprovação no comitê de ética

Não se aplica.

Disponibilidade de dados de pesquisa e outros materiais

Dados de pesquisa e outros materiais podem ser obtidos por meio de contato com o autor.

Editores responsáveis

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Endereço para correspondência

Avenida Nossa Senhora da Penha, 2.190, Santa Luíza, Vitória, ES, Brasil, CEP: 29045-402.